

Minha palavra de hoje é dirigida ao pequeno produtor rural, que utiliza mão-de-obra familiar para tocar a lavoura. Quero falar do Pronaf—Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que está entrando no terceiro ano.

Esse programa, que conta com a participação de estados e municípios, acaba de ganhar o reforço dos novos prefeitos. E é com 383 desses prefeitos que os técnicos do Ministério da Agricultura vão se reunir, a partir da segunda semana de março, para iniciarmos a segunda fase do Pronaf.

E o que vem a ser essa segunda fase? Trata-se do Plano de Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural, que, na prática, foi a maneira que nós encontramos para atender às reclamações coletivas dos produtores rurais. Às vezes, é um armazém comunitário, um galpão para funcionar como feira, um caminhão para levar os produtos do roçado até a vila. Outra vez, pode ser um posto de serviço telefônico. São aquelas dificuldades que nós, do Governo, nem sempre percebemos e que são obstáculos para a lavoura e para o escoamento da produção.

Pois bem, nessas reuniões, que serão promovidas nas capitais dos estados, os técnicos vão orientar os novos prefeitos sobre a utilização dos recursos do Pronaf para atender a essas reivindicações.

Eu peço a você, prefeito de município incluído na lista do Programa de Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural, que compareça a esse encontro com os nossos técnicos, pois a missão deles é ampliar e melhorar o Pronaf.

O Pronaf, você sabe, vai muito além desses 383 municípios. O programa cobre, praticamente, todo o País. Só que esses municípios recebem tratamento diferenciado, ou porque têm forte agricultura familiar ou por serem os mais pobres. Aliás, a metade deles já participa do Programa Comunidade Solidária.

Mas, como eu disse há pouco, os dois primeiros anos do Pronaf apresentam um balanço muito positivo. Em 96, nós atendemos ao total de 307 mil famílias com o recurso de 650 milhões de reais. Em 97, vamos destinar 1 bilhão e 500 milhões ao Pronaf e, com isso, ajudar 600 mil famílias de agricultores a produzir feijão, milho, mandioca, frango, frutas e hortaliças. A grande oferta desses produtos, por sinal, tem sido uma das vigas de sustentação do Plano Real.

Você, que é produtor rural e encontrou alguma dificuldade para operar com os recursos do Pronaf, deve ter suas queixas, porque o programa não é perfeito. Eu estou aqui para reconhecer isso e para pedir que você faça como os outros agricultores que já reclamaram, porque foi graças ao alerta deles que conseguimos introduzir algumas melhorias no programa.

Uma queixa que você deve levantar pode ser o rigor dos bancos na cobrança dos recursos que são emprestados para investimento. E por que é assim? Porque os bancos, nesse caso, são meros repassadores de recursos de outros donos e a maior parte do dinheiro do Pronaf veio do FAT—Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Quando o trabalhador autoriza a utilização dos recursos do FAT para programas sociais, ele espera que seu dinheiro volte ao FAT com juros e no prazo negociado. Portanto, precisamos de outros mecanismos que atendam a essa exigência e, ao mesmo tempo, que salvaguardem, os produtores, dos imprevistos, como a quebra de safra, as pragas, etc.

Posso lhe assegurar que esse problema vai ser amenizado a partir deste ano, pois já determinei ao Presidente do Banco Central que crie o Fundo Pronaf, justamente para indenizar os bancos que tiverem prejuízo quando emprestarem recursos, através do Pronaf, para agricultores que não possam oferecer garantias reais.

Com o Fundo Pronaf, desaparece o único entrave para que a agricultura familiar ajude a acabar com a fome em nosso país.